

RISCO

Em matérias éticas e políticas, deliberamos [cf. Deliberação] e decidimos em situações de indeterminação cognitiva. O que significa que a acção representa sempre, em maior ou menor proporção, um risco. Pensemos, por exemplo, na teoria do equilíbrio dos poderes na tradição diplomática europeia. Ela mostra a evidência a importância da relação ao desconhecido nos assuntos humanos e exhibe exemplarmente as questões da indeterminação e do risco no domínio da liberdade. A *raison d'état* (e a arte política em geral) [cf. Razão de Estado] funciona fundamentalmente como um cálculo de risco-benefício (Kissinger, 1996, pp.56-57). Como escreveu Raymond Aron, os estrategas e os diplomatas “não combinam meios com vista a fins à maneira dos engenheiros, eles correm riscos, à maneira dos jogadores” (Aron, 1984, p.309). E esses riscos, têm de facto de os correr na situação de “compromisso precário” entre o estado de natureza e o reino da lei que é, por essência, a das relações internacionais (Aron, 1984, p.143). A condução da política externa é “aventurosa”, pois que a decisão de agir é tomada antes que o estratega ou o diplomata tenham “reunido todos os conhecimentos desejáveis e adquirido uma certeza”: a incerteza não é nunca eliminável, dada a “imprevisibilidade das reacções humanas” - que fará o outro? - e, por isso, o melhor que se pode fazer é calcular o risco (Aron, 1984, p.22); e, em primeiro lugar, o risco da guerra (Aron, 1984, p.28). Um cálculo que, no entanto, não poderá nunca eliminar o próprio risco (Aron, 1984, p.35). O risco é tanto maior, bem entendido, quanto mais a conduta do outro é imprevisível - como no caso de Hitler, que procurava mais explorar acontecimentos do que seguir planos precisos e coerentes, se aceitarmos a interpretação proposta por A. J. P. Taylor (cf. Taylor, 1991, p.10). O efeito da imprevisibilidade é mergulhar o outro numa situação de hesitação. Ele aumenta também quando o tempo disponível para as tomadas de decisão é reduzido. Em termos gerais, o risco aumenta quando se é obrigado a improvisar. De qualquer maneira, o diplomata, face a uma indeterminação, que não é acidental mas essencial, deve calcular.

Na guerra, igualmente [cf. Guerra e Paz], encontramos-nos face ao desconhecido. Os teóricos da guerra, de Sun Tzu a Clausewitz, não o esqueceram. Sun Tzu, por exemplo, considera a “influência moral” - claramente um elemento de indeterminação - um dos cinco factores fundamentais na conquista da vitória militar (*A Arte da Guerra*, I, p.4). Em Clausewitz, como se sabe depois do magistral livro de Raymond Aron (Aron, 1976), o par moral / físico (matemático) é um dos pares fundamentais para o entendimento da sistematicidade de *Vom Kriege*. A guerra pertence ao “campo da vida social” (*Da Guerra*, II, p.3). As “grandezas morais”, as

“forças morais”, designam todo o espaço do indeterminado, espaço esse que as teorias puramente “matemáticas” da guerra (o alvo de Clausewitz é, como se sabe, Hans von Bülow) tendem a esquecer (*Da Guerra*, I, pp.3-7; III, *passim*; cf. igualmente Aron, 1976, I, p.77 e ss., pp.195-235) e, indirectamente, fundam a célebre subordinação da guerra à política no Livro V (e a concomitante “relativização” da guerra absoluta descrita no Livro I). Elas têm a ver com a dimensão da *incerteza*, do *acaso* e do *risco* (I, p.4), associada a toda a actividade militar. Daí o papel do *talento* e do *génio* militar (I, p.3). Daí também todo o cuidado que se deve ter na utilização dos *exemplos* (II, p.6). Não nos defrontamos, na guerra, com uma matéria inanimada, mas contra forças vivas que reagem (II, p.3). A exactidão, a *akribeia*, própria à arte da guerra, não é uma *akribeia* matemática. A situação é ainda mais clara a partir da época do “delicado equilíbrio do terror”, para utilizar a expressão célebre de Albert J. Wohlstetter. O cálculo que os *duelistas* levam a cabo sobre a *intenção* do adversário (Aron, 1963, p.75) é um cálculo que se faz num contexto de *incerteza* (Aron, 1963, pp.56,58). Procura-se reconstituir o que se passa no espírito do adversário (Aron, 1963, p.73). A *dissimulação* e o *bluff* são, mais do que nunca, elementos essenciais da estratégia (Aron, 1963, p.73). O rival deve ser mantido na *incerteza* (Aron, 1963, p.268). Por isso, “*a hora da verdade é a crise, não a guerra*”, é na crise que o pôr à prova das vontades se realiza (Aron, 1963, pp.218,234).

Melhor ainda do que a teoria política ou sociológica, uma certa tradição romanescas exibe perfeitamente esta dimensão do risco. Tomemos como exemplo as *Ligações Perigosas*, de Choderlos de Laclos. Vale a pena algum detalhe, tanto mais que a história é relativamente simples de resumir. Dois antigos amantes, o Visconde de Valmont e a Marquesa de Merteuil, trocam cartas. Para se vingar de um outro antigo amante que a teria abandonado de forma indelicada (o Conde de Gercourt), a Marquesa propõe a Valmont que este corrompa Cecília de Volanges, prometida em casamento ao Conde pela sua mãe, de resto amiga da Marquesa. Cecília tem quinze anos, acaba de sair de um convento, e o marido prometido encontra-se ocupado em afazeres militares na Córsega. Valmont aceita imediatamente, até porque uma amante sua o havia já trocado por Gercourt. No entanto, algo o retém fora de Paris, na casa da sua tia, Madame de Rosemonde: a Presidenta de Tourvel, cujo marido se encontra na Borgonha, e que ele pretende a todo o custo seduzir. A história, em traços largos e omitindo vários pormenores importantes, quase se reduz às actividades de Valmont para atingir os seus objectivos (e, por assim dizer, no caso da pequena Volanges, os da Marquesa). No fim, um conflito surge entre o Visconde e a Marquesa: esta acusa-o de se ter apaixonado pela Presidenta de Tourvel, isto é, de não ser um verdadeiro libertino; o Visconde, pelo seu lado, censura-lhe os favores

concedidos a Danceny, o apaixonado traído de Cecília de Volanges, favores esses a que Valmont julgava ter direito. Então uma indiscrição é cometida, que suscita outra que faz desabar todo o edifício: a Marquesa de Merteuil parte em desgraça para os Países Baixos, depois de Valmont ter sido morto em duelo por Danceny; a pequena Cecília volta para um convento; a Presidenta de Tourvel morre em delírio; e o Cavaleiro Danceny toma o caminho de Malta.

A personagem principal das *Ligações Perigosas* é, sem dúvida, a Marquesa de Merteuil, e por isso percebe-se que um comentador do romance, Yvon Belaval (Belaval, 1972, p.39), tenha podido afirmar que ela é a sua principal autora. É ela que, do princípio ao fim, manobra tudo e todos. É ela, sem dúvida mais do que Valmont, que representa a figura do libertino. É ela a única que, finalmente, tem *princípios firmes*.

Os princípios servem, entre outras coisas, para evitar o ridículo do amor, risco dos riscos, como de resto notoriamente Valmont o sabe também, pois logo no início do livro, numa carta à Marquesa, escreve acerca da sua relação com Madame de Tourvel: “É-me absolutamente necessário possuir essa mulher, para me salvar do ridículo de estar apaixonado por ela” (Carta IV). Mas Valmont, na opinião da Marquesa, descarta os seus princípios e ameaça cair assim, amando Madame de Tourvel, num “ridículo perpétuo” (Carta CXLI). Uma das principais razões dos princípios libertinos é, então, evitar o ridículo de estar apaixonado, ridículo esse em que Danceny, Cecília de Volanges e a Presidenta de Tourvel, vivem perpetuamente. Não esqueçamos que *Ligações Perigosas* é um livro sobre as relações sociais e que os princípios de Laclos não são os de Rousseau (que ele, de resto como Sade, admirava). Laclos não parte da equação da verdade e da sinceridade, da identificação da felicidade e da transparência, que são propriamente rousseauianas. O *Ligações Perigosas* não é um livro sobre a verdade: é um livro sobre a verosimilhança, um “livre de sociabilité”, como dizia Baudelaire (Baudelaire, 1962, p.831) e, se os libertinos têm princípios, esses princípios destinam-se sobretudo a evitar qualquer nostalgia dessa transparência que, segundo Rousseau, as relações sociais teriam degradado. A admirável confissão da Marquesa de Merteuil ao Visconde de Valmont (Carta LXXXI), que de algum modo descreve a génese dos seus princípios, é exemplar disso: toda a nostalgia dela é afastada, um “olhar sem constrangimento” - o futuro *regard froid* de Vailland, sem no entanto o lado algo patético deste último - apenas se atinge através da mais rigorosa racionalidade (quer dizer: adequação dos meios aos fins, perfeito cálculo dos riscos). Se nada disto tem a ver com Rousseau, manda a verdade que se diga que pouco parece também ter que ver com Sade: Laclos não pressupõe uma “maldade natural” do homem (de que as leis sociais seriam, por assim

dizer, a sua transposição numa “maldade segunda”). Não há, efectivamente, pessimismo antropológico algum em Laclos. Se se quiser, os princípios da Marquesa de Merteuil, verdadeira libertina, deixam-se melhor descrever como uma versão perversa do “princípio do pior” de Leibniz (cf. Gil, 1998, Cap.XVII, para uma análise do “princípio do pior” leibniziano). São uma “regra de método” - uma regra para o cálculo dos riscos -, não indiciam preocupações substancialistas. A tendência para o mal deve ser pressuposta no outro para melhor nos podermos precaver dela (no caso do libertino, para melhor se servir dela). Como aconselhava Baltasar Gracian, no *Oráculo Manual* (1647), convém que sejamos “uma mistura de pomba e serpente; não monstro, mas prodígio.” O verdadeiro libertino é aquele que consegue pôr-se no “lugar do outro”, e assim calcular eficazmente o seu procedimento, levando-o a “hesitar, tergiversar ou envolver a sua acção de considerandos que lhe roubariam energia”, como escreve Fernando Gil a propósito do “princípio do pior” em Leibniz (Gil, 1998, p.310). Ou, se quisermos uma metáfora de sabor mais militar - perfeitamente autorizada, de resto, pelas *Ligações Perigosas*, onde, pela pena de Valmont (Carta CXXV), a analogia é elaborada: “verá que não me afastei dos princípios desta guerra, que já muitas vezes notáramos ser tão parecida com a outra” (e segue-se uma descrição militar da conquista de Madame de Tourvel, destinada a provar a “pureza do método” que conduz a acção de Valmont) -, o verdadeiro libertino, na linguagem de Clausewitz, deve ser ousado e fazer o adversário perder o equilíbrio: “Todas as vezes que a ousadia se defronta com a hesitação, a possibilidade do resultado é, necessariamente, a seu favor, porque o próprio estado de hesitação implica já uma certa perda de equilíbrio” (*Da Guerra*, II, Cap.6). E o estado de hesitação é natural, porque o momento da resolução tende a ser infinitamente adiado. Como escrevia o Cardeal de Retz, na *Conjuration du Comte Jean-Louis de Fiesque* (1665), “não há nada mais difícil em questões de importância do que tomar imediatamente uma definitiva resolução, pois que a quantidade de considerações que se destroem umas às outras, e que chegam ao espírito em catadupa, nos fazem crer que nunca deliberamos suficientemente” (Retz, 1984, p.12). No entanto, a ousadia libertina não deve ser confundida com a temeridade (que, ainda nas palavras de Clausewitz, é uma “ousadia sem objectivo”). É antes uma ousadia racional, astuciosa e calculadora, metódica, eliminadora do acaso (Yvon Belaval detecta, com razão, no comportamento de Valmont e da Marquesa de Merteuil, um “horror ao acaso”, Belaval, 1972, p.69): “nada quero dever às circunstâncias”, escreve Valmont (Carta LXIII). Mas, para voltar à comparação da racionalidade libertina com o “princípio do pior” leibniziano, é necessário sublinhar mais uma vez que se trataria duma perversão deste: a Marquesa de Merteuil nunca

diria “não faças ou não recuses sem exame o que quererias que não te fizessem ou não te recusassem” (Leibniz). O que há de comum é a racionalidade, *não a intenção* da racionalidade; o que há de comum é a habilidade no “conhecimento do outro estrangeiro” (Gil, 1998, p.306), a previsão do comportamento e o estilo dessa previsão.

Esse estilo ordena-se por princípios e métodos, como se viu. O libertino é um ser metódico: Valmont aconselha as suas vítimas a lerem e relerem as suas instruções (Cartas LXXXIV e CLV, por exemplo), e o mesmo faz ao seu criado (Carta CI). É preciso retornar aos princípios, face à ameaça do risco da paixão [cf. Paixão/Paixões], do “ridículo do amor”. E é preciso também imaginação. É exactamente isso que, para a Marquesa, falta a Valmont: o verdadeiro libertino deve saber inventar e não apenas usar o que aprendeu (Carta CVI). Como dizia Retz, citado por Belaval (Belaval, 1972, p.40), na acção aventurosa, apenas a inverosimilhança triunfa. Deve-se, no entanto, distinguir imaginação de improvisação. A Marquesa não improvisa, o seu comportamento é, como diz Belaval, o de um geómetra (Belaval, 1972, p.39).

O *Ligações Perigosas* é essencialmente um livro sobre a sedução e sobre os princípios desta. Como diz Danceny, tão clara quanto inocentemente, numa carta à Marquesa, apenas a sedução age segundo princípios, apenas ela conhece (isto é, determina) fins; o amor não. E, acrescente-se, por esse desconhecimento dos princípios e dos fins é que ele é “ridículo”. Mas o *Ligações Perigosas* é igualmente um livro sobre o risco, a ameaça da perda de princípios, isto é, sobre a possibilidade do amor (do “ridículo”). É quando a Marquesa de Merteuil suspeita do amor de Valmont pela Presidenta de Tourvel, quando começa, face aos protestos de libertinagem e de sedução daquele, a acusá-lo de se auto-iludir, que o contrato entre os dois amantes ameaça ruir. E é quando Valmont lhe escreve uma carta por ela qualificada de “a mais conjugal que se possa imaginar” (Carta CLII), reivindicando os seus direitos, que a irracionalidade do amor e do ciúme vem minar a racionalidade da sedução: a possibilidade do amor, e a inconfidência que ele provoca, traz consigo a destruição. De repente - é o momento da *crise*, do *pôr à prova das vontades* - Valmont calcula mal um efeito dos seus actos (entra em desequilíbrio) e vai longe demais; a Marquesa vai mais longe ainda, destruindo-o, não sem que este tenha ainda tempo de a destruir a ela. Nesta “ascensão aos extremos”, para utilizar mais uma vez um termo da teoria da guerra, ambos os duelistas saem perdedores. Esta “ascensão aos extremos” é acompanhada de um dos elementos fundamentais da tragédia: o Visconde e a Marquesa percebem o que lhes está a acontecer; há *anagnôrisis*, reconhecimento, “passagem do ignorar ao conhecer”, como diz Aristóteles (*Retórica*, XI, 1452a30-32), da parte dos dois duelistas. Não se trata de uma comédia.

A moralidade das *Ligações Perigosas* está condicionada por este simples facto: se tudo tivesse eternamente permanecido no estrito plano da racionalidade da sedução - se a solidariedade dos criminosos tivesse permanecido até ao fim, se eles se mantivessem fiéis ao princípio estabelecido pela Marquesa de Merteuil de trair apenas por prazer e nunca por necessidade (Carta CLII) - o desfecho não seria, para eles, trágico. Apenas quando o amor, o jogo de espelhos do amor, os faz entrar em desequilíbrio, apenas, para retomar mais uma vez uma metáfora da guerra, quando eles combatem naquilo que Sun Tzu chamava "terreno de dispersão" (*A Arte da Guerra*, XI, #2), isto é, quando se batem no interior do seu próprio território, quando criam (é a revelação do amor) um território comum, quando se destrói o delicado equilíbrio da sedução, é que a sua perda é irremediável. Passa-se à guerra absoluta, a luta das vontades é conduzida ao seu limite: a política (e a possibilidade do esquecimento, que lhe é concomitante) deixa de ser possível. A oposição, de um momento para outro, é uma oposição perfeita, inconciliável. O irreal torna-se real. Como moral, em nada vai, do estrito ponto de vista pragmático, contra os princípios da libertinagem. Apenas mostra que ninguém é sempre fiel aos seus princípios. Dito de outra maneira: a *akribeia* - na sedução (na medida em que ela tende naturalmente a transcender o estrito plano racional), no amor, e nas relações humanas em geral - não é nunca, por mais esforços que se façam, uma *akribeia* de tipo matemático. Confrontamo-nos, permanentemente, com situações de incerteza - as intenções dos outros são, em última análise, insondáveis. Nunca conseguimos pôr-nos perfeitamente no lugar do outro. O risco e o acaso enquadram constantemente as nossas acções. A total impassibilidade - "tornarmo-nos impenetráveis no que diz respeito à extensão da nossa capacidade", "não deixar de modo algum que as nossas paixões sejam conhecidas", como Gracian não cessou nunca de recomendar (cf., por exemplo, *El Heroe*, Caps. I e II) - é um ideal em última análise inatingível. Mesmo o mais rigoroso libertino não possui uma *virtù* infalível. *La maîtrise de la volonté jamais n'effacera le hasard*, como escreve, ecoando Mallarmé, Raymond Aron, ao comentar Clausewitz (Aron, 1976, I, p.87). Em última análise, é a situação que decide: *Die Sache muss entscheiden*, diz Clausewitz (cf. Aron, 1976, I, p.81). É a condição do domínio da liberdade.

No campo da teoria política, a *virtù* maquiavélica - entre outras coisas, a arte de descobrir o momento oportuno para modificar o curso dos acontecimentos a nosso favor - participa da mesma constelação de conceitos (Maquiavel, *Príncipe*, Cap.IV). É sempre em situações de incerteza e de risco que as decisões políticas são tomadas. É neste contexto que todo o ensinamento de Maquiavel sobre o par *virtù/fortuna* ganha o seu sentido. No *Príncipe*, a *virtù* - distinta da "astúcia

afortunada” (Cap.IX) - consiste exactamente na capacidade de modificar as circunstâncias a nosso favor, de impor uma *forma* à *matéria* que as circunstâncias representam. Os grandes príncipes (Moisés, Ciro, Rómulo, Teseu) “não tiveram outra sorte além da ocasião, a qual lhes proporcionou a matéria em que puderam introduzir a forma que lhes aprazia. Sem a ocasião, os seus talentos e o seu espírito ter-se-iam perdido; sem os seus talentos, a ocasião teria surgido em vão” (Cap.VI). César Bórgia é o exemplo mais claro desta capacidade de imprimir a sua marca numa situação (Cap.VII). A *virtù* não exclui a crueldade (pelo menos a “boa crueldade”, definida em termos da sua eficácia) (Cap.VIII) - a “santa crueldade” de Fernando de Aragão na expulsão dos marranos (Cap.XXI) - nem a dissimulação - a capacidade de dissimulação do Papa Alexandre VI: “Jamais existiu homem que desse garantias com tanta eficácia e que afirmasse uma coisa com tão grandes juramentos, e que menos os respeitasse” (Cap.XVIII; cf. igualmente, sobre a dissimulação e o engano, *Discorsi*, II, p.13). A fortuna assenhora-se de tudo quando nada nem ninguém se lhe opõe (Cap.XXV). Por isso, a ousadia é necessária: “(...) sou da opinião que é melhor ser ousado do que prudente [ideia que encontramos já em Choderlos de Laclos e Clausewitz], pois a fortuna é mulher e, para a conservar submissa, é necessário bater-lhe e contrariá-la. Vê-se, não raro, que prefere deixar-se vencer pelos ousados do que pelos que procedem friamente. Por isso é sempre amiga dos jovens, como mulher, visto eles terem menos respeito e mais ferocidade e subjugarem-na com mais audácia” (Cap.XXV; sobre esta passagem, cf. o excelente comentário de Claude Lefort (Lefort, 2000, Cap.IX)). Francis Bacon, leitor de Maquiavel, falará por seu lado de uma “arquitectura da fortuna”: a fortuna deverá ser conquistada não apenas aproveitando a maior parte das oportunidades que se nos deparam, mas igualmente criando-as (cf. Peltonen, 1996, p.296 e ss.). Rousseau distinguirá também a *akribeia* própria aos estudos matemáticos daquela que tem por fim o estudo da sociedade: “a precisão geométrica não tem qualquer lugar no que diz respeito às quantidades morais” (*Contrato Social*, III, p.1), falta-lhes uma “medida precisa” (III, p.9). Todas estas questões se encontram evidentemente relacionadas. Elas determinam a dimensão do risco nas coisas humanas e em todo o pensamento, que tende por natureza à acção, sobre elas.

Paulo Tunhas

Bibliografia

- Aron, R. (1962), *Paix et Guerre entre les Nations*, Calmann-Lévy, Paris (1984).
- _____ (1963), *Le Grand Débat. Initiation à la Stratégie Atomique*, Calmann-Lévy, Paris.
- _____ (1976), *Penser la Guerre, Clausewitz*, 2 vols., Gallimard, Paris.

- Baudelaire, C. (1962), *Curiosités Esthétiques, L'Art Romantique et Autres Ouvres Critiques*, Garnier, Paris.
- Belaval, Y. (1972), *Choderlos de Laclos*, Seghers, Paris.
- Gil, F. (1998), *Modos da Evidência*, IN/CM, Lisboa.
- Kissinger, H. (1996), *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa (2002).
- Lefort, C. (1978), *Les Formes de l'Histoire*, Gallimard, Paris (2000).
- Peltonen, M. (1996), "Bacon's Political Philosophy", in M. Peltonen (org.) *The Cambridge Companion to Bacon*, Cambridge University Press, Cambridge, pp.283-310.
- Retz, C. (1984), *Oeuvres*, Gallimard, Paris.
- Taylor, A.J.P. (1961), *The Origins of the Second World War*, Penguin, Harmondsworth (1991).